



Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 009 Brasília, fevereiro de 2009

Notícias do Escritório

- A advogada Rafaela Brito participou do Fórum Social Mundial

América do Sul - Política

- Coalizão de governo no Chile dá guinada à direita
- Argentinos elegeriam Lula para presidente

Brasil em Foco

- Refugiados, uma decisão soberana do Brasil
- Contribuição para a verdade no caso Battisti

Comércio Exterior

- Governo estimula a criação de novas rotas
- Venezuela passa EUA em saldo comercial com Brasil
- BCs estudam fundo para bônus da AL
- Indústrias da Áustria analisam mercado do DF

Meio Ambiente

- Mercado de emissões se abre com Obama
- Energia limpa precisa de investimento anual de US\$ 515 bilhões, diz relatório

Judiciais

- STF reafirma o papel do Brasil perante as cortes constitucionais do mundo em 2009
- 2009: Grandes julgamentos em pauta no Supremo
- Balanço do STF sobre 2008 mostra redução de 16,5% no número de novas ações
- Ano judiciário no STJ promete julgamentos de grande repercussão
- Brasil é alvo de ação na OEA por crime impune no Pará

A advogada Rafaela Brito participou do Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial é um espaço que a sociedade civil tem de estimular de maneira descentralizada o debate, a reflexão, a formulação de propostas, a troca de experiências e a articulação entre organizações e movimentos engajados em ações concretas, em nível local e internacional pela construção de uma nova sociedade.

A minha presença no Fórum Social Mundial, juntamente com a Dra. Isolete Pereira, parceira de Buenos Aires, foi momento único de aprendizado e cooperação com diversos setores da sociedade civil. Houve trocas de experiências relacionadas à cooperação internacional e à defesa de participação mais ativa da sociedade civil em decisões públicas.

As palestras, os debates e o intercâmbio de informação com estudiosos das áreas ambiental, internacional, sobre anistiados, direitos humanos engradeceu-me, como ser e como jurista.

Coalizão de governo no Chile dá guinada à direita

A Concertación, coalizão que governa o Chile desde o fim da ditadura Pinochet, em 1990, entra na campanha para a eleição presidencial de dezembro pela primeira vez sem favoritismo, em meio a seus maiores conflitos internos, liderada por uma presidente que não empolgou tanto quanto seus antecessores e enfrentando um candidato forte da direita. No sábado, um velho conhecido foi ungido candidato: o democrata-cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 66.

Frei, que foi presidente de 1994 a 2000 e hoje é senador, foi candidato único à vaga da Concertación, após a desistência dos socialistas Ricardo Lagos e José Miguel Insulza, ex-presidente e ex-chanceler, respectivamente. Nenhum dos dois conseguiu apoio suficiente para levar adiante suas chapas.

O dissenso entre os socialistas é tamanho que um de seus principais líderes, Jorge Arrate, deixou o partido. Arrate, que foi ministro dos governos dos democratas cristãos Frei e Patricio Aylwin (1990-94) saiu atirando:

"A Concertación está muito desgastada. Cumpriu seu ciclo e tem de iniciar um novo". "E o Partido Socialista está se martirizando para manter a Concertación de pé. Há hoje uma gelatina que quer ser chamada de centro-esquerda, na qual não se vê a diferença entre socialistas e democratas-cristãos." Ele pretende formar uma nova frente de esquerda, reunindo comunistas e outras correntes insatisfeitas.

Tomás Hirsch, do Partido Humanista, uma agremiação menor e mais à esquerda no espectro político chileno, diz que a saída de Arrate foi um golpe duro para os socialistas: "Sua renúncia ilustra bem a crise interna da Concertación e demonstra que a esquerda deve crescer dentro do quadro político".

Espera-se que, se confirmar sua candidatura por outra coalizão, Arrate sirva de fiel da balança na eleição de 10 de dezembro.

A Democracia Cristã também passa por seus conflitos internos. A favorita para a vaga de candidata até meados do ano passado era a senadora Soledad Alvear, então presidente do partido. Mas os resultados ruins nas eleições municipais reavivaram as dissensões e terminaram com Alvear deixando a liderança do partido.

Alvear prometeu se integrar totalmente à campanha de Frei, mas analistas chilenos colocam em dúvida a vontade política dela, depois dos rumores de que Frei torpedeou sua liderança.

Com essas fraturas a serem sanadas tanto entre socialistas quanto entre democratas-cristãos, Frei terá de enfrentar o milionário Sebastian Piñera, que tem mais de 40% das intenções de voto, segundo pesquisa do Centro de Estudos Públicos (CEP) feita no começo do mês. Num segundo turno, diz o CEP, Piñera teria 44% e Frei 34%.

Analistas afirmam entretanto que esse quadro tende a mudar agora que Frei entra de verdade na campanha. O ex-presidente aparentemente já preparou sua estratégia, atacando a inexperiência política de Piñera e criticando a presidente Michelle Bachelet.

Contra o adversário, Frei já disse: "O Chile precisa de um presidente, não de um gerente". Contra a colega de coalizão, também foi duro: "Há um cheiro de falta de governabilidade. É isso que a direita vem sentindo".

Bachelet goza de uma popularidade relativamente alta, pouco acima dos 50%, mas seu governo tem aprovação de só 40% dos chilenos, segundo pesquisa do instituto Mori. Há o risco de essa situação piorar durante o ano, enquanto a crise internacional produz seus efeitos na economia chilena.

Já Piñera, que tem entre seus negócios um canal de TV, o controle da LAN, companhia aérea, e até mesmo do clube de futebol Colo Colo, caiu nas pesquisas de intenção de voto, onde já chegou a ter 60%. Entretanto ele pode se aproveitar também dos eventuais reveses da economia para ganhar espaço com a plataforma de mudança.

E aí volta o drama da Concertación: como pregar uma mudança em relação a ela mesma.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Coalizão de governo no Chile dá guinada à direita. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=537673

Argentinos elegeriam Lula para presidente

Se os argentinos pudessem votar em candidatos estrangeiros para escolher seu presidente, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva seria o vencedor, segundo pesquisa da Carlos Fara e Associados. Lula teria 25% dos votos, deixando para trás Hugo Chávez, com 23%. Nessa "disputa" pela Casa Rosada, o presidente dos EUA, Barack Obama, ficaria empatado em terceiro com a chilena Michelle Bachelet, com 18% dos votos. Obama, contudo, é o presidente do continente com imagem mais positiva na Argentina. Conta com 48% de aprovação, ante 47% de Lula. O boliviano Evo Morales vem a seguir, com 38%.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Argentinos elegeriam Lula para presidente. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2008.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=538225

Refugiados, uma decisão soberana do Brasil

UMA DECISÃO recente do ministro da Justiça do Brasil, concedendo o estatuto de refugiado ao cidadão italiano Cesare Battisti, merece especial atenção por sua importância dos pontos de vista ético, jurídico e

político.

É oportuno lembrar que toda a história brasileira, desde 1500, é uma constante de concessão de abrigo e proteção a pessoas perseguidas por intolerância política, discriminação racial ou social e outros motivos injustos, como o uso arbitrário da força. Assim, na segunda metade do século 20, pessoas perseguidas por se oporem aos regimes comunistas estabelecidos na Europa oriental, assim como outras que sofriam perseguição em países vizinhos do Brasil, por se oporem a governos fortes de extrema direita, procuraram e obtiveram no Brasil a condição de refugiados.

Deixando de lado as conveniências políticas e dando a devida prioridade aos valores do humanismo, o Brasil decidiu soberanamente, com independência, e concedeu aos perseguidos a proteção de sua ordem jurídica. No caso de Cesare Battisti estão presentes os requisitos fundamentais para a concessão do estatuto de refugiado, como fica evidente pela análise dos antecedentes do caso e pelo exame sereno dos dados do processo, minuciosamente expostos pelo ministro da Justiça.

Há pouco mais de 30 anos, Battisti foi militante de um grupo político armado, de orientação esquerdista. O governo italiano da época, de extrema direita, estabeleceu o sistema de delação premiada, pelo qual os militantes que desistissem da luta armada e delatassem seus companheiros ficariam livres de punição. Com base numa delação premiada, Battisti foi acusado da prática de quatro homicídios, sendo condenado à prisão perpétua.

Além de só haver como prova as palavras do delator, dois desses crimes foram cometidos no mesmo dia, em horários muito próximos e em lugares muito distantes um do outro, de tal modo que seria impossível que Battisti tivesse participado efetivamente de ambos os crimes.

Dispõe expressamente a lei nº 9.474, de 1997, que trata do Estatuto dos Refugiados no Brasil, que será reconhecido como refugiado o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivo de opinião política, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não queira acolher-se à proteção de tal país.

Além daquela contradição no julgamento de Battisti, outro dado revelador é a enxurrada de ofensas e agressões de ministros do governo italiano ao governo e ao povo do Brasil pela decisão do ministro Tarso Genro.

Reagindo com extrema violência, o ministro do Exterior convocou o embaixador brasileiro na Itália para exigir a mudança da decisão, ao mesmo tempo em que outros ministros fizeram ameaças de represália, inclusive de boicote da participação do Brasil em reuniões internacionais.

Entretanto, muito recentemente o governo da França negou atendimento a pedido italiano de extradição de Marina Petrella, que, como Battisti e na mesma época, foi militante de um movimento político armado, as Brigadas Vermelhas. O governo italiano acatou civilizadamente a decisão francesa, reconhecendo tratar-se de um ato de soberania. Qual o motivo da diferença de reações? O governo e o povo do Brasil não merecem o mesmo respeito que os franceses?

Essa diferença de comportamento dos ministros italianos deixa mais do que evidente que é plenamente justificado o temor de Battisti de sofrer perseguição por motivo político. A reação raivosa dos ministros italianos não dignifica a Itália e elimina qualquer dúvida.

Por tudo quanto foi exposto, a decisão de Tarso Genro merece todo o acatamento. Expressa em linguagem clara e objetiva, deixando evidente sua inspiração humanista, livre de preconceitos ou parcialidade de qualquer espécie, a decisão tem sólido fundamento em dados concretos e faz aplicação correta e precisa dos preceitos jurídicos que regem a matéria.

A concessão do estatuto de refugiado a Cesare Battisti é um ato de soberania do Estado brasileiro e não ofende nenhum direito do Estado italiano nem implica desrespeito ao governo daquele país, não tendo cabimento pretender que as autoridades brasileiras decidam coagidas pelas ofensas e ameaças de autoridades italianas ou façam concessões que configurem uma indigna subserviência do Estado brasileiro.

DALMO DE ABREU DALLARI, 76, é professor emérito da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário de Negócios Jurídicos do município de São Paulo (gestão Erundina).

Contribuição para a verdade no caso Battisti

INTEGREI O Ministério Público italiano, no âmbito do qual, ao lado de outros magistrados, conduzi as investigações que levaram às condenações contra Cesare Battisti. Portanto, em relação à decisão do ministro Tarso Genro, espero poder oferecer à opinião pública brasileira uma contribuição para a verdade, com a finalidade de preencher as lacunas de informação sobre as quais aquela decisão encontra-se fundamentada.

Com efeito, é difícil para os italianos entender como a um assassino puro como ele pode ter sido reconhecido o refúgio. É oportuno partir dos fatos para desmontar os argumentos frequentemente utilizados por Battisti e seus "amigos".

1) Battisti não é um extremista perseguido na Itália por seus ideais políticos, e sim um criminoso comum que praticava roubos com o fim de lucro pessoal e que se politizou na prisão. Em seguida, filiou-se a uma organização terrorista que praticou lesões corporais e homicídios. Battisti foi preso em junho de 1979 com outros cúmplices em uma base terrorista de Milão, onde foram apreendidos metralhadoras, revólveres, fuzis e documentos falsos. Com certeza, portanto, não se tratava de dissidente político!

2) Battisti foi condenado à prisão perpétua por muitos graves crimes, entre os quais também quatro homicídios: em dois destes (homicídio do marechal Santoro, praticado em Udine em 6/6/78; homicídio do policial Campagna, praticado em Milão em 19/4/79), foi ele a atirar materialmente nas vítimas; em outro homicídio (o de L. Sabbadin, um açougueiro morto em Mestre, em 16/2/79), deu cobertura aos assassinos, e, no quarto (o homicídio de P. Torregiani, acontecido em Milão, em 16/2/79), colaborou na sua organização.

Gostaria de perguntar ao ministro brasileiro quais motivações políticas enxerga nos homicídios de um joalheiro e de um açougueiro, "justiçados" por vingança (por terem reagido com as armas aos assaltos sofridos) ou nos homicídios de policiais que cumpriam seu dever.

3) Não é verdade que Battisti foi condenado somente com base nas acusações do delator premiado Pietro Mutti; tampouco é verdade que este não fosse confiável. Afirmar isso significa ofender a seriedade da Justiça italiana. As confissões de Pietro Mutti, com efeito, foram confirmadas por inúmeros outros testemunhos e pelas sucessivas colaborações de outros ex-terroristas.

A verdade, portanto, está escrita nas sentenças, que pesam como pedras enormes e que se encontram à disposição de todos os que tenham a paciência de as ler.

4) Não é verdade que a Battisti foi negada a possibilidade de se defender nos processos em que estava ausente. Na verdade, foi Battisti quem se furtou à Justiça, evadindo-se em 1981 da carceragem em que estava preso.

Não por acaso a Corte Europeia de Direitos Humanos de Estrasburgo (França) negou provimento ao recurso de Battisti contra a concessão de sua extradição por parte da França, julgando-o, por essa razão, "manifestamente sem fundamento" e afirmando que, de qualquer forma, em todos os processos ele foi assistido por seus advogados de confiança. Será que também a corte de Estrasburgo está perseguindo Battisti?

5) É falso que a Itália e seu Judiciário não foram capazes de garantir a tutela dos direitos das pessoas acusadas de terrorismo durante os denominados "anos de chumbo". Trata-se de uma afirmação que nos fere.

Inúmeros foram os magistrados, os advogados, os homens das instituições, os policiais assassinados de maneira vil por pessoas como Battisti pelo simples fato de aplicarem a lei. A Itália, no contexto da luta contra o terrorismo, não conheceu tribunais de exceção ou militares nem desvios antidemocráticos. Tal fato foi ressaltado também por nosso presidente da República Sandro Pertini, que afirmou que a Itália podia louvar-se de ter vencido o terrorismo nas salas dos tribunais, e não "nos estádios", aludindo aos métodos ilegais que nós não conhecemos e aos quais também hoje nos opomos.

Acredito que o refúgio não foi concebido pelos fundadores de nossas democracias para garantir a impunidade de pessoas como Battisti, um dos assassinos mais cruéis e frios que o terrorismo italiano conheceu e que nunca se dissociou do uso das armas.

Espero, com todo o respeito, portanto, que as autoridades brasileiras competentes tenham a possibilidade de rever suas próprias decisões. Não pelo fato de a justiça ser equivalente à vingança, mas pelo fato de ela representar o lugar da afirmação das regras do Estado de Direito: e quem as violar, ainda mais se matar o próximo, deve pagar. Do contrário, as democracias desmentem a si mesmas.

ARMANDO SPATARO , 60, é procurador da República de Milão (Itália), coordenador do Departamento contra o Terrorismo.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Contribuição para a verdade no caso Battisti. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=537771

Governo estimula a criação de novas rotas

O governo pretende estimular a criação de rotas aéreas para ligar o Brasil a países considerados estratégicos. Para isso, o Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) está criando um grupo de trabalho que terá 30 dias para ser constituído e mais 180 dias para apresentar as propostas.

Segundo o Ministério da Defesa, o governo brasileiro tem especial interesse na abertura de rotas para América do Sul e África, por conta das relações comerciais que pretende intensificar com esses países.

O transporte de passageiros em vôos nacionais registrou crescimento de 7,4% em 2008, segundo a Anac. É o pior desempenho das companhias aéreas nacionais desde 2003, quando a demanda doméstica recuou 6%. A oferta de assentos, por sua vez, teve expansão de 12,8% no ano passado. A taxa de ocupação dos aviões no país ficou em 66%, três pontos percentuais a menos do que em 2007.

Em dezembro, o fluxo de passageiros transportados no país registrou crescimento de 3,7%. No mesmo período, a oferta de assentos teve alta de 11,2% e o aproveitamento das aeronaves foi de 67%, ante 72% de dezembro de 2007.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Governo estimula a criação de novas rotas. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=536205

Venezuela passa EUA em saldo comercial com Brasil

No ano em que a balança comercial brasileira teve o pior resultado desde 2002, a Venezuela ultrapassou os EUA e se tornou o país responsável pelo maior superávit bilateral, com 18% do saldo comercial de 2008. O grande desequilíbrio nas relações bilaterais, o bom relacionamento diplomático, os altos preços do petróleo e a incapacidade da produção venezuelana de atender à crescente demanda interna explicam o resultado.

A Venezuela adquiriu US\$ 5,15 bilhões do Brasil no ano passado, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento. Com apenas 28 milhões de habitantes, é o sexto maior comprador, ficando atrás apenas dos EUA, da China, da Argentina, da Alemanha e do Japão. (Formalmente, a Holanda aparece com o principal importador de produtos brasileiros, mas quase todo o volume é redistribuído pela Europa.)

O maior aumento ocorreu no setor de alimentos, com produtos como frango, carne bovina e leite em pó, que a Venezuela é obrigada a importar por causa de sua agropecuária deficiente. Por outro lado, houve uma retração de 40% na venda de automóveis feitos no Brasil.

"O superávit mostra a importância crescente da Venezuela em termos de comércio e de geração de emprego", disse à Folha o embaixador brasileiro em Caracas, Antonio Simões. O mercado venezuelano representou 2,6% do total das exportações brasileiras em 2008, bem menos do que os R\$ 46,4 bilhões enviados aos EUA (14,7% do total). Mas o que faz o país de Chávez importante para o superávit brasileiro é a assimetria: o Brasil comprou apenas US\$ 538,5 milhões do país caribenho, 0,31% do total importado em 2008.

Com uma economia centrada no petróleo e amarrada ao mercado dos EUA (apesar dos esforços de diversificação do governo Hugo Chávez), a Venezuela tem pouco a oferecer ao mercado brasileiro. Embora as exportações tenham crescido 55,8% em 2008, são menores do que há dez anos, quando venderam US\$ 974 milhões.

Para José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), as crescentes exportações à Venezuela- 749% entre 2003 e 2008 - se devem principalmente à concessão de financiamentos para vendas ao país de Chávez. O esquema, segundo ele, serve como uma proteção às empresas brasileiras contra os constantes atrasos no pagamento.

"Até 2008, quando o petróleo ainda estava nas alturas, a Venezuela era avaliada do ponto de vista econômico e também político-ideológico. Isso fez com que o Brasil abrisse muitos créditos à Venezuela", disse Castro. "Talvez neste ano, com a queda do preço do petróleo, a Venezuela diminua as compras por conta da diminuição do volume de crédito. Mas aí também pode ter uma manutenção política para que os créditos se mantenham." De acordo com ele, a queda brusca do preço do petróleo traz o risco de frear as vendas ao país. No ano passado, o superávit brasileiro caiu 38,2% em relação a 2007, quando foi de US\$ 40 bilhões.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Venezuela passa EUA em saldo comercial com Brasil. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.
Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=536540

BCs estudam fundo para bônus da AL

Os bancos centrais do Brasil, Argentina, México e Chile estudam criar um fundo para comprar bônus em moedas locais na América Latina com o respaldo do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco das autoridades monetárias globalmente. A idéia é utilizar uma pequena parte das reservas internacionais para montar o "Latin American Bond Fund", a fim de ampliar e diversificar a base de investidores nos quatro mercados da dívida em moeda local.

O projeto teve impulso na reunião do BIS em novembro em São Paulo. E é visto como importante no meio da dramática crise financeira, onde a falta de confiança nos mercados é vista pelas autoridades monetárias como um dos problemas mais sérios.

Os quatro BCs são os únicos acionistas da região no BIS. A participação de Colômbia e Peru chegou a ser discutida, mas não há definição. Novas reuniões devem ocorrer proximamente, para discutir condições do bônus (duração, harmonização jurídica etc.) e aplicação dos recursos captados, por exemplo, para infraestrutura.

A iniciativa se inspira no "Asian Bond Fund", criado em 2003 e que já tem uma segunda versão recente, num esforço coordenado de 11 bancos asiáticos - da China, Japão, Austrália, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Cingapura, Tailândia, Filipinas e Coreia do Sul.

Apesar da rápida expansão dos mercados na Ásia na última década, os asiáticos investiram uma ampla parte de suas enormes poupanças em ativos financeiros pouco remunerados em países desenvolvidos. Por sua vez, investimentos na Ásia provenientes do exterior pareciam mais voláteis.

Com a criação do fundo regional, os BCs quiseram facilitar o reinvestimento de uma parte das reservas de volta na região, e estimular o desenvolvimento do mercado de capitais regional.

O "Asian Bond Fund 2" teve US\$ 2 bilhões dos BCs e consiste na verdade de nove fundos separados: um Pan-Asian Bond Index Fund (Paif), que investe em bônus soberanos e quase soberanos de oito países. E oito fundos que investem nos mesmos bônus dos respectivos mercados. O Paif visa investidores regionais e internacionais que querem aplicar em oito mercados de bônus através de um único produto.

Os fundos estão abertos a investidores institucionais e do varejo e o montante aumentou consideravelmente. Sua futura base pode passar de bônus soberanos para incluir maior portfólio de emissões sem grau de investimentos.

Analistas notam que a diversificação da base de investidores para a dívida em moeda local depende bastante da credibilidade dos governos, daí a importância do respaldo do BIS.

No caso do fundo asiático, o banco da Basileia atua apenas como administrador. Mas para a América Latina, a expectativa é de que seja mais ativo. Primeiro, para coordenar a iniciativa dos quatro BCs e dar certas garantias ao projeto. E segundo, para também fazer compra direta de bônus em moeda local ou a sua utilização como colaterais de certas emissões.

Os bilhões de dólares de reservas de países que são administradas pelo BIS são investidos em ativos financeiros de primeira qualidade no mercado internacional e a exposição a diferentes riscos é administrada de maneira conservadora. Mas os latinos têm esperanças de que o banco impulse o projeto também com aplicação direta. Segundo dados do BIS, a participação de bônus domésticos com taxa fixa, que diminui o risco da taxa de juros, cresceu nos emergentes, mas representa apenas 30% do total da dívida na América Latina.

No Brasil, o mercado secundário da dívida evoluiu, mas a liquidez continua a ser limitada. Um estudo do BIS, com participação do Banco Central brasileiro, mostrou que o volume diário de todas as transações do mercado secundário ficava em 1% a 2% do total do estoque de títulos públicos, comparado a 4% no México e 14% nos Estados Unidos.

O México é visto como o país com boa estratégia de dívida pública, com o financiamento no mercado local favorecendo emissões de longo prazo a taxa fixa e diminuindo progressivamente os papéis com taxa variável, e diversificando a base dos investidores em moeda local.

A eleição na semana passada [semana do dia 12/01/09] do presidente do BC do México, Guillermo Ortiz, como o "chairman" do BIS por um ano, pode ajudar no envolvimento maior do banco da Basileia no bônus regional latino. Além de ser considerado um excelente técnico, Ortiz teria sido nomeado para o cargo como uma espécie de compensação por ter sido preterido para a direção geral, que ficou com o espanhol Jaime Caruana.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. BCs estudam fundo para bônus da AL. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=537642

Indústrias da Áustria analisam mercado do DF

As indústrias austríacas podem direcionar investimentos para o Distrito Federal, em especial, no setor de Tecnologia da Informação. Como contrapartida, empresas brasilienses têm oportunidades de investir na Áustria, uma das mais importantes portas de entrada na União Européia. O comércio bilateral foi o tema central da audiência concedida pelo presidente em exercício da Federação das Indústrias do DF (FIBRA), Ricardo Caldas, ao cônsul comercial do Consulado Geral da Áustria, Ingomar Lochschmidt.

Caldas informou que a capital federal se prepara para a implantação do Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD) e, neste momento, seria importante que as indústrias daquele país analisassem as possibilidades que instalarem no DF. Lochschmidt informou que existem entre 80 e 100 indústrias austríacas que mantêm negócios no Brasil. Segundo o cônsul, o objetivo é buscar novas oportunidades de empreendimentos fora da região Sudeste.

“A Áustria tem muitas indústrias de pequeno e médio portes que se encaixariam nos projetos de outras regiões. Estou há três meses no Brasil e venho mantendo contatos com as entidades industriais para estabelecer um mapeamento destas oportunidades”, explicou.

Durante a audiência, Caldas informou ao cônsul austríaco os potenciais da capital brasileira. Os números referentes ao PIB da indústria, renda per capita, nível de escolaridade e os projetos liderados pela FIBRA animaram Lochschmidt. Ele disse que, até então, a imagem da Brasília resumia-se apenas a capital política e administrativa do País. “Por isso fiz questão de visitar a FIBRA para saber que temos na cidade indústrias e as chances que se abrem para as empresas austríacas”, assegurou.

O presidente em exercício da FIBRA explicou que Brasília fora projetada para abrigar uma população de 500 mil pessoas e, atualmente, tem cerca de 2,5 milhões de habitantes. “O crescimento da cidade fez com que o setor produtivo se desenvolvesse. Temos indústrias fortes nas áreas de construção civil, tecnologia da informação, metal-mecânica, alimentação, entre outras. O nosso parque industrial, apesar de não ser muito importante, tem uma maior concentração de indústrias, ocupando a 14ª posição no ranking nacional”, assegurou.

Lochschmidt disse que buscará desenvolver trabalho voltado para as empresas de menor porte. Segundo frisou, os perfis das indústrias da Áustria e do DF são bastante parecidos. Embora as gigantes empresas austríacas dos setores de metalurgia e de maquinário para fábricas de papel e celulose estejam atuando no Brasil, há chances também intercâmbio comercial nos setores de TI. “O meu objetivo é sair um pouco de São Paulo. Quero fazer mais parcerias e, se houver oportunidades em Brasília, estamos abertos às negociações,”

informou.

Caldas disse que, recentemente, um grupo de empresários brasileiros esteve em Viena, capital austríaca, oportunidade em que participou de reuniões com industriais daquele país. Naquela ocasião, os empresários tiveram acesso às diversas oportunidades de negócios com grupos da Áustria. Para o cônsul comercial, o momento atual pode permitir que ocorram avanços nesta parceria comercial. "Quando tiverem alguma missão empresarial na Europa, gostaria de incluírem Viena no roteiro. Vamos ficar mais próximos", propôs.

Para o presidente em exercício da FIBRA, a audiência permitiu a troca de informações e reforça a necessidade da parceria. Na conversa com o cônsul comercial, Caldas explicou também sobre a existência, no Brasil, da lei de inovação tecnológica, que permite às empresas obter recursos federais e investi-los em diversas áreas.

Lochschmidt informou que já se reuniu, em Brasília, com executivos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Apex-Brasil. O cônsul recebeu da FIBRA o documento Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial (PDI-DF) que apresenta as metas para a indústria local até 2014. "Todos os dados serão importantes para as análises", afirmou.

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. Indústrias da Áustria analisam mercado do DF. Página oficial da FIBRA. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: <http://www.sistemafibra.org.br/fibra/content/view/2604/1/>

Mercado de emissões se abre com Obama

O Brasil tem fundamental importância para o mercado de crédito de carbono. De acordo com o presidente para o Brasil da Cantor CO2e, Divaldo Rezende, o País é estratégico em termos de recursos naturais, com capacidade de gerar muitos negócios nesta área. "Diferentemente de outros países em desenvolvimento, no Brasil há uma capacidade técnica muito importante que viabilizam esses projetos."

As perspectivas de entrada recursos no País são em torno de US\$ 330 milhões, somente com a venda de créditos de carbono. No mundo todo, esse mercado movimentou mais de US\$ 100 bilhões em 2008. A expectativa para este ano é de crescimento, ainda mais com a posse de Barack Obama. "Existe a expectativa em cima de Obama, da criação de um mercado americano de emissões, que segundo especialistas, será três vezes maior do que o europeu nos próximos cinco anos."

Para Rezende, as poucas declarações de Obama em relação a redução de emissões e energias renováveis são infinitamente maiores do que as da gestão anterior. No pacote de socorro à economia do país, aprovado em 2008, US\$ 150 bilhões foram destinados para ações de energias renováveis e melhoria energética de prédios do governo dos Estados Unidos.

Gazeta Mercantil - Qual a importância do Brasil para o mercado de carbono?

O Brasil tem uma importância fundamental. No contexto regulatório, a equipe negociadora brasileira é muito bem reconhecida. Nós temos equipe sob a coordenação do Itamaraty e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com participação de outros ministérios, que exercem uma liderança forte em todas as discussões. Há também diversas entidades com essa mesma liderança nas questões ambientais e de mudanças climáticas.

Gazeta Mercantil - Qual o potencial do País nesse mercado?

O Brasil é um País estratégico em termos de recursos naturais, com capacidade de gerar muitos negócios nessas áreas. Em créditos de carbono, no mercado dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), chamado mercado de Kyoto, somos o terceiro maior país ofertador de projetos. Hoje, são mais de 350 projetos em andamento no Brasil. Também há uma possibilidade muito grande de geração de créditos de carbono ou de redução de emissões em outros mercados, como por exemplo, no mercado voluntário. O País tem um potencial enorme. Diferente de outros países em desenvolvimento, há no Brasil uma capacidade técnica muito importante que viabilizam esses projetos.

Gazeta Mercantil - O que são os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)?

Quando o Protocolo de Kyoto foi discutido, foi definido que os países desenvolvidos, chamados países do Anexo I, deveriam reduzir as emissões de gases do efeito estufa aos níveis de 1990. Para que isso acontecesse, foram criados mecanismos, chamados de mecanismos de flexibilização, para ajudar que esse países atingissem suas metas. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um deles. Com ele, o Brasil e outros países em desenvolvimento podem preparar e ofertar projetos de redução de emissões, criando um

mecanismo de troca. As perspectivas de entrada recursos no País são em torno de US\$ 330 milhões somente com a venda de créditos de carbono. Se considerar os recursos necessários para a implementação do projeto e outras atividades paralelas, esse setor movimentará mais de US\$ 1 bilhão no País. Se colocar o crédito de carbono na pauta de exportações, fica entre os 25 maiores produtos exportados do Brasil. Em 2004, foi um mercado que começou do zero e hoje representa um valor significativo no contexto mundial, envolvendo o mercado voluntário e o regulado. E existe a expectativa, em cima do Barack Obama, da criação de um mercado americano de emissões, que segundo especialistas, será três vezes maior do que o europeu nos próximos cinco anos. Apesar do contexto de crise, a expectativa é que esse mercado salte dos US\$ 100 bilhões para US\$ 400 bilhões.

Gazeta Mercantil - Qual a diferença entre o mercado regulado e o mercado voluntário?

Como o nome diz, o mercado regulado vem de regulamentos, que são definidos por países ou pela Organização das Nações Unidas (ONU), e tem alguns compromissos a serem atingidos, como redução de emissões definidas por cada país. Existem leis que estabelecem que as reduções devem ocorrer. O voluntário é um mercado que cresceu a partir da sensibilidade da opinião pública de tentar contribuir para a redução de emissões. Começou com Al Gore, no livro e filme "Uma Verdade Inconveniente". Ele foi precursor do carbono neutro. Hoje existem instituições, empresas e eventos que neutralizam carbono, onde dirigentes e organizadores calculam as emissões e, partir daí, as reduzem ou compram créditos de carbono voluntário. Esses créditos servem como parte do balanço social, política de responsabilidade social corporativa, que vem crescendo muito e ainda não foi afetada pela crise. Isso está muito vinculado com ações de marketing e as perspectivas de crescimento são positivas.

Gazeta Mercantil - Como é feito o seqüestro de carbono?

Em um lixão, por exemplo, o lixo é jogado, se decompõe e joga metano na atmosfera. Se for feito um aterro controlado, queimar o gás metano, transformando-o em carbono ou utilizar o gás como energia, deixa-se de emitir. A partir daí, juntando os documentos, pode-se reclamar esses créditos para que sejam vendidos no mercado internacional. Mas existe um procedimento e um regulamento. E também, quando se planta uma árvore e ela cresce, passa a absorver carbono, que fica contido enquanto a árvore existir.

Gazeta Mercantil - Qualquer árvore seqüestra carbono?

Existem algumas espécies que podem ter o crescimento mais rápido. Mas outro aspecto de seqüestro de carbono é a partir de uma frota de ônibus que utiliza diesel. Se for trocado por etanol, existe uma diferença de gases que serão liberados na atmosfera. Essa diferença pode ser calculada e transformada em crédito de carbono. Energias renováveis também podem gerar créditos. Mas não é possível gerar créditos de carbono em projetos já implementados. Para que o crédito seja considerado um recurso dentro do projeto, precisa ser considerado a partir do planejamento. As questões de crédito de carbono não são simples, envolvem metodologias complexas e há um trâmite internacional que precisa ser feito. Quando houver empresas interessadas em trabalhar com isso, é importante procurar que já tenham experiência nesse mercado.

Gazeta Mercantil - Como a Cantor CO2e atua nesse mercado?

A Cantor começou antes desse mercado, com origem em 1992 em commodities ambientais, nos Estados Unidos, e atua com crédito de carbono desde 1999. Estamos nos cinco continentes, com mais de 14 escritórios. No Brasil, temos uma estrutura grande, com mais de 30 profissionais. Nosso foco é em sustentabilidade. A parte de mudanças climáticas e créditos de carbono entra na grande estratégia de sustentabilidade.

Gazeta Mercantil - O escritório brasileiro é o maior do mundo?

É o maior do mundo dentro da Cantor CO2e. Trinta por cento dos empregados ficam no Brasil.

Gazeta Mercantil - E a crise, já afetou ou está afetando esse mercado?

A crise não poupou esse mercado. Os principais emissores de gases do efeito estufa são os combustíveis fósseis, que representam 80% das emissões do planeta. Os outros 20% são mudanças de uso da terra, como desmatamento e queimadas. Nesse contexto, o preço do crédito está muito atrelado ao preço da redução. E a queda do barril de petróleo reduziu significativamente o preço dessas licenças. Mas não é só o petróleo que afeta, existem outras variáveis. Com o problema de fornecimento de gás na Europa, o preço do EUA (European Union Allowance) caiu. Em setembro, foram vendidos créditos de carbono a € 19 por tonelada, dentro no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e hoje, o preço varia entre €12 e € 13. Já o EUA, em setembro, custava cerca de €22 e hoje, € 14. Mas existem incertezas para os próximos anos. A COP 15, que acontece esse ano em Copenhague (Dinamarca), vai definir as regras para depois de 2012. A COP 14, na Polônia, foi importante para avançar nas discussões e chegar a um acordo. Porém, muitos participantes

sairam desiludidos, porque se acreditava que essa conferência seria uma estrada para o fechamento de um acordo em Copenhague, mas Polônia foi uma estrada esburacada e ainda existe a necessidade de convergir ações para um final positivo para o período de 2012 a 2016.

Gazeta Mercantil - Apesar desses problemas, 2008 pode ser considerado um ano bom, já que esse mercado atingiu quase US\$ 100 bilhões?

O ano de 2007 fechou em US\$ 66 bilhões e 2008, na verdade, foram US\$ 118 bilhões. E há quatro anos, começou do zero. Nenhum outro mercado teve uma dinâmica como esse.

Gazeta Mercantil - Você costuma dizer que é um ônibus que pode virar um metrô.

Exatamente. É um mercado que sempre está em construção. Não é como uma receita de bolo, na qual já se sabe o resultado. E o Brasil tem um papel fundamental nesse processo todo.

Gazeta Mercantil - Quais são as expectativas para 2009?

Existe um otimismo muito grande com relações às políticas e estratégias de mudanças climáticas. Há também uma preocupação crescente com a qualidade de vida e com a redução de emissões, que podem diminuir o investimento em saúde. E com a perspectiva de uma atividade industrial menor, conseqüentemente, a emissão de gases é menor. O crescimento do mercado esse ano vai depender muito das leis e políticas que serão adotadas pelos Estados Unidos. O aumento pode ser de 30% até 100%, dependendo do contexto mundial.

Gazeta Mercantil - A eleição de Barack Obama traz novos rumos ao mercado?

Com certeza. As poucas declarações que o Obama em relação a redução de emissões e energias renováveis são infinitamente maiores do que as da gestão anterior. No pacote aprovado em 2008, US\$ 150 bilhões foram destinados para ações de energias renováveis e melhoria energética de vários prédios do governo dos Estados Unidos. O Brasil também foi considerado o principal País emergente que tem reservas e condições de amenizar a crise.

Gazeta Mercantil - Os países estão conseguindo seguir as exigências do protocolo de Kyoto?

O protocolo entrou em vigor em 2008. Vamos conseguir avaliar isso com mais intensidade no fim deste ano. Mas muitos países estão cumprindo suas metas e houve um crescimento significativo de projetos setoriais que podem ajudar os países a atingirem as metas. A Itália, no fim do ano passado, anunciou que não era possível considerar a redução de emissões devido a crise financeira. Mas a Itália, é um dos países que atrasou sua implementação no âmbito do protocolo.

Gazeta Mercantil - O EUA está custando cerca de € 14. Não é um preço barato perto do prejuízo que uma tonelada de carbono causa no ambiente?

Vários fatores influenciam o preço, como o petróleo, o custo da energia, entre outros. Mas esse preço tem seguido uma tendência de queda, como vemos em vários outros setores. É difícil dizer se está barato ou caro. Hoje o valor é mais barato do que há seis meses, mas do ponto de vista do que está acontecendo, pode ser que esteja caro. O custo para fazer a redução de emissões da planta pode ser maior ou menor. A tendência do mercado é de crescimento. No mercado europeu, se as metas não são cumpridas, há uma penalidade, que é de € 40, quase três vezes o valor do EUA.

Gazeta Mercantil - Quais os projetos da Cantor CO2e para 2009?

Temos grandes clientes no setor elétrico e temos trabalhado com projetos significativos de geração de crédito. Estamos trabalhando com projetos de reflorestamento e de conservação, com foco em desmatamento evitado, além de inventário de emissões para empresas que querem atuar ou se mostrar como carbono neutro.

Fonte: GAZETA MERCANTIL. Mercado de emissões se abre com Obama. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=538290

Energia limpa precisa de investimento anual de US\$ 515 bilhões, diz relatório

Sem um investimento anual de pelo menos US\$ 515 bilhões na produção de energia limpa, as emissões de dióxido de carbono alcançarão níveis considerados insustentáveis pelos cientistas, e provocarão um aumento de 2°C na temperatura global.

Esta é a previsão feita por um relatório feito em conjunto entre Fórum Econômico Mundial e a entidade New Energy Finance, cujos analistas afirmam que o investimento deva começar imediatamente, e se prolongar até

A pesquisa diz que há uma série de setores emergentes produtores de energia limpa em grande escala, e cujas infraestruturas devem se desenvolver no futuro: a energia eólica, a solar, a termosolar, a geotérmica, o etanol e os combustíveis derivados de celulose e de nova geração.

Segundo os autores do estudo, na atual crise econômica, cada dólar que for gasto deve contribuir para desenvolver uma economia de baixo consumo de dióxido de carbono --um esforço que também pode ser um bom negócio.

O índice, que reúne as 90 maiores companhias de energia limpa, mostra que sua rentabilidade aumentou 10% anuais nos últimos cinco anos, informa o relatório.

A mudança climática é um dos temas principais da reunião anual do Fórum Econômico Mundial realizado até o próximo domingo em Davos, onde os participantes debatem sobre como aprofundar os esforços para controlar este fenômeno em meio a uma crise econômica que monopoliza a atenção e a preocupação mundial.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Energia limpa precisa de investimento anual de US\$ 515 bilhões, diz relatório. Folhaonline. São Paulo, jan. 2009.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u495976.shtml>

STF reafirma o papel do Brasil perante as cortes constitucionais do mundo em 2009

O ano de 2008 foi de intensa atividade do Supremo Tribunal Federal (STF) no cenário internacional. A Corte participou de dez encontros multilaterais que reuniram as cúpulas judiciárias de dezenas de nações.

Além disso, ministros do Supremo se reuniram em encontros bilaterais com Gana, Índia, Portugal, Áustria, Rússia, Japão, Israel, Estados Unidos, Alemanha, Lituânia e Argentina. A expectativa é de que o STF também tenha uma agitada agenda internacional em 2009, começando em janeiro na África do Sul (Cidade do Cabo), nos dias 23 e 24, quando o presidente Gilmar Mendes participa da I Conferência Mundial de Cortes Constitucionais, sobre o tema "Influential Constitutional Justice: its influence on society and on developing a global human rights jurisprudence". O tribunal já confirmou também a participação em conferências no México, Egito, Israel e Espanha.

Os temas debatidos nesses encontros vão desde a Convenção de Haia contra seqüestro de menores até a unificação das legislações dos países num único banco de dados. Embora os assuntos sejam distintos em cada encontro, em geral os ministros do STF ou seus assessores explicam como o Judiciário brasileiro trabalha todas as responsabilidades que a Constituição de 1988 atribuiu ao Tribunal, especialmente no controle das leis infraconstitucionais.

Com isso, demonstram nos painéis e debates que a Carta garante segurança jurídica aos atos e contratos em vigor no País. Não só magistrados e integrantes dos governos de outros países têm acesso aos ministros do STF. O presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes, proferiu seminários sobre o sistema judiciário brasileiro em três dos mais importantes centros acadêmicos de Direito do mundo durante viagens aos Estados Unidos e Alemanha em outubro e novembro: as universidades de Georgetown (Washington), Harvard (Boston), Columbia (Nova Iorque), Wilhelms-Universität (Munique) e Humboldt (Berlim).

Mendes também falou na Biblioteca do Capitólio (o Congresso norte-americano), no Woodrow Wilson Center for Scholars e em organismos internacionais – Organização dos Estados Americanos (OEA, em Washington) e Nações Unidas, (ONU, em Nova Iorque).

Nessas conversas ao redor do mundo, seus temas preferidos são a importância da Emenda à Constituição 45, que reformou o Judiciário brasileiro a existência do Conselho Nacional de Justiça, a Repercussão Geral e a Súmula Vinculante – os dois últimos implantados para dar celeridade ao trâmite das ações judiciais.

União Européia

A necessidade de a Corte Constitucional remediar as lacunas deixadas pela falta de leis não é um problema exclusivamente brasileiro: a mesma questão aparece reiteradamente nas pautas dos encontros multilaterais realizados na Europa atualmente.

O último encontro das Cortes Constitucionais Europeias, ocorrido em junho do ano passado, na Lituânia, teve

por tema os problemas da omissão legislativa na jurisprudência constitucional. Lá o presidente do STF lembrou que, num primeiro momento, o STF limitou-se a emitir determinadas orientações ao legislador ao reconhecer a omissão, mas disse que “posteriormente foram empregadas técnicas como a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade e sentenças aditivas”.

Mais recentemente, no encontro da Comissão de Veneza – o órgão consultivo do Conselho da Europa para assuntos constitucionais – Gilmar Mendes destacou a importância do controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais vigentes num país. “As cortes constitucionais, na função de interpretar e aplicar a lei fundamental, agem como fórum institucional para o debate da própria concepção de Estado definida pela Constituição”.

América Latina

Buenos Aires, na Argentina, foi sede, em junho de 2008, da reunião da Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional sobre as garantias constitucionais dos grupos vulneráveis. Representantes dos 19 países americanos e os dois ibéricos – Espanha e Portugal – debateram o respeito aos direitos dos presos. Nessa ocasião, o presidente do STF propôs o debate sobre maioria penal e internação de incapazes.

Também o Brasil recebeu importantes encontros na área do Direito Constitucional. Em agosto do ano passado, o ministro Gilmar Mendes abriu, no Rio de Janeiro, a 73ª Conferência International Law Association, que reuniu 600 pessoas no debate do tema “Direito para o Futuro”. No mesmo mês, ocorreu em Brasília o Seminário Internacional Ítalo-Brasileiro de Estudos Jurídicos, que teve a presença de ministros do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entre outras autoridades.

Brasília ainda recebeu, no dia 21 de novembro último, um dos mais importantes eventos de cortes constitucionais no cenário internacional de 2008: o VI Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, que reuniu representantes das cortes do Brasil, Paraguai, Uruguai e da Argentina e de países associados, além de observadores da Comissão de Veneza, do México, da África do Sul e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre as principais metas do grupo estão a criação do Tribunal do Mercosul e a adoção do mandado de captura (para acusados de crimes) pelos países do bloco.

No encontro foi regulamentada a Secretaria do Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul e Associados, que passou a coordenar os Encontros de Cortes Supremas (em 2009 será em Buenos Aires) e manterá o site do Fórum Permanente. Contudo, sua principal tarefa será gerenciar o banco de dados de jurisprudência dos países do Mercosul.

Neste ano, oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa assinaram documento para a criação da “Conferência das Jurisdições Constitucionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. São signatários Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Plano doméstico

No Brasil, as atividades se centraram na implementação de instrumentos internacionais de grande importância, relativos à subtração de menores e à prestação de alimentos. Também receberam destaque os esforços para a retomada da participação do Brasil no Programa GLIN, destinado a disponibilizar o acesso brasileiro à legislação de 52 países e a permitir o acesso estrangeiro à legislação e à jurisprudência brasileiras.

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF reafirma o papel do Brasil perante as cortes constitucionais do mundo em 2009.

Página Oficial do STF. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=101386>

2009: Grandes julgamentos em pauta no Supremo

Depois de um ano de relevantes decisões por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal, 2009 não deve ser muito diferente. Temas de grande importância para a sociedade estão prontos para ser julgados pelo Plenário da Corte, a começar pela conclusão da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol (RR), previsto para voltar ao Pleno nas primeiras sessões de fevereiro. Na seqüência, devem ser julgados pelo colegiado outros processos sobre áreas indígenas, matérias de Direito Tributário – ICMS na base de cálculo da Cofins, substituição tributária e o Simples Nacional, e temas sociais como cotas raciais, interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, Lei de Imprensa, diploma para jornalistas, monopólio dos Correios e o poder de investigação do Ministério Público, entre tantos outros.

Causa Indígena

Na análise da Petição 3388, oito ministros já se pronunciaram pela demarcação contínua da área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima. O ministro Marco Aurélio pediu vista do processo, e disse que pretende trazer seu voto no início de fevereiro de 2009. Ao concluir o julgamento, previsto para o começo do ano, os ministros devem discutir uma série de condições impostas pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, e que podem nortear outros julgamentos sobre áreas indígenas, bem como sinalizar processos de demarcação em andamento no Poder Executivo.

Sobre o mesmo tema, o STF deve concluir, em 2009, a discussão sobre a demarcação da reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, no estado da Bahia, que envolve a etnia Pataxó Hã-hã-hãe. O julgamento da Ação Cível Originária (ACO) 312 foi interrompido em setembro por um pedido de vista do ministro Menezes Direito.

É possível que, depois de concluído o julgamento da Raposa Serra do Sol, os processos que tramitam na Corte sobre demarcação de áreas indígenas sejam resolvidos com maior celeridade. Aguardam na fila, além da ACO 312, processos sobre a área indígena Parabure, em Mato Grosso (ACO 304) e Kaingang, no Rio Grande do Sul (ACO 469).

Tributários

Depois de deferir, em agosto de 2008, a liminar para suspender todos os processos que tramitam na Justiça sobre a legalidade da inclusão de ICMS na base de cálculo da Cofins, o Plenário prometeu julgar definitivamente a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 18, que discute a questão, em até 180 dias daquela data.

A discussão sobre a constitucionalidade da restituição de ICMS pago antecipadamente, no regime conhecido como substituição tributária, foi suspensa em fevereiro de 2007, com cinco votos para cada uma das teses. A questão, debatida nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2675 e 2777, aguarda apenas o voto de desempate do ministro Carlos Ayres Britto.

O Simples Nacional, dispositivo do estatuto da microempresa que isenta micro e pequenas empresas do pagamento de contribuição sindical patronal, também está em discussão na Corte Suprema. Depois do voto do relator na ADI 4033, ministro Joaquim Barbosa, que considerou legal a contribuição questionada, votando pela improcedência da ação, o ministro Marco Aurélio pediu vista.

Poder de investigação do MP

A competência – ou não –, do Ministério Público para realizar investigações em inquéritos criminais é uma questão que envolve muitos processos penais em tramitação em várias instâncias do país. São muitos os habeas corpus que chegam ao Supremo, pedindo a nulidade de processos, alegando exatamente que o MP realizou investigações sem ter essa competência. A questão está em debate na Corte, tendo como “leading case” o Habeas Corpus (HC) 84548, ajuizado em favor de Sérgio Gomes da Silva – conhecido como “Sombra”, acusado de ser o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, do PT.

Até o momento dois ministros se pronunciaram sobre o tema. O relator, ministro Marco Aurélio, considera que o MP não tem competência para realizar investigação. Já o ministro aposentado Sepúlveda Pertence votou no sentido contrário, entendendo que o MP tem como atribuição, também, realizar investigações. O julgamento deverá ser retomado com o voto-vista do ministro Cezar Peluso.

STF Social

Questões sociais continuam fazendo parte da agenda de decisões do STF em 2009. Depois de realizar uma audiência pública para ouvir a sociedade sobre a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, o ministro Marco Aurélio, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, chegou a dizer aos jornalistas, em diversas ocasiões, que pretendia levar a questão para julgamento pelo Plenário no final de 2008 ou no primeiro semestre de 2009.

A questão das cotas raciais incluídas no ProUni, para concessão de bolsas de estudo nas universidades públicas para estudantes negros, começou a ser discutida pelo Plenário em abril de 2008, com o voto do relator, ministro Carlos Ayres Britto.

Ele considerou constitucional o Programa Universidade para Todos, incluindo as cotas previstas para negros

e índios e carentes. O julgamento deve ser retomado com o voto-vista do ministro Joaquim Barbosa.

Diversos dispositivos da Lei da Imprensa foram suspensos por 180 dias pelo Plenário do STF em fevereiro de 2008, no julgamento da medida cautelar na ADPF 130. Em setembro, os ministros prorrogaram por mais seis meses o prazo para que a Corte possa julgar o mérito da ação. Com essa decisão, ainda no primeiro semestre do ano o STF deve definir a situação da Lei 5.250/67.

Na decisão de fevereiro, o STF autorizou os juízes de todo o país a utilizar, quando cabível, regras dos Códigos Penal e Civil para julgar processos sobre os dispositivos da lei que foram suspensos. Ao todo, estão sem eficácia 22 dispositivos da Lei de Imprensa, entre artigos, parágrafos e expressões contidos na norma.

A necessidade de apresentação de diploma de jornalista para exercer a profissão em veículos de comunicação é o tema do Recurso Extraordinário (RE) 511.961, que já está pronto para ser levado a plenário. O relator do processo é o ministro Gilmar Mendes, que deferiu liminar na Ação Cautelar (AC) 1406 para manter em atividade os profissionais que já atuavam na área.

O chamado monopólio dos Correios, em discussão por meio da ADPF 46, também teve seu julgamento suspenso este ano. A ação questiona a constitucionalidade da Lei 6.538/78, que regulamenta os serviços postais no país. A intenção da Associação Brasileira de Empresas de Distribuição (Abraed) é restringir o monopólio postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos à entrega de cartas, limitando seu conceito a papel escrito, envelopado, selado, enviada de uma parte a outra com informações de cunho pessoal, produzido por meio intelectual, e não mecânico.

Até o momento, os ministros Gilmar Mendes e Carlos Ayres Britto votaram pela manutenção de parte dos serviços sob exclusividade estatal e pela privatização de outros. O ministro Marco Aurélio, relator, é favorável à privatização do serviço postal. E a ministra Ellen Gracie julgou que o serviço postal deve ser mantido exclusivamente pela União, da mesma forma que os ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa e Cezar Peluso. Restam ainda quatro ministros para votar.

União homoafetiva

Em 2009, outra questão de grande impacto social pode ser decidida pelo STF, na análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, proposta pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em março deste ano [2008], sobre a questão da união homossexual. Cabral pede que o Supremo aplique o regime jurídico das uniões estáveis, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, às uniões homoafetivas de funcionários públicos civis do estado.

Os mesmos direitos dados a casais heterossexuais devem ser dados aos casais homossexuais em relação a dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro que tratam sobre concessão de licença, previdência e assistência (incisos II e V do artigo 19 e artigo 33 do Decreto-Lei 220/75), sustenta o governador fluminense.

Outros temas

Além destes julgamentos, outros processos de grande relevância para o conjunto da sociedade podem chegar ao Plenário do Supremo Tribunal Federal. Entre eles, diversas ADIs contra a abertura de créditos orçamentários por meio de decretos, a constitucionalidade da chamada Lei Seca (ADI 4103), que proíbe motoristas de dirigir sob o efeito de bebidas alcoólicas; a possibilidade do uso, no Brasil, de amianto (ADI 4066 e 3357); a possibilidade de importação de pneus usados (ADPF 101); e a constitucionalidade da Lei de Interceptações Telefônicas (ADI 4112) e da prisão temporária (ADI 4109).

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2009: Grandes julgamentos em pauta no Supremo. Página Oficial do STF. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=101387>

Balanço do STF sobre 2008 mostra redução de 16,5% no número de novas ações

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu, durante todo o ano passado, 99.218 novas ações para julgar, o que representou uma redução de 16,5% em relação a 2007. O número de processos em tramitação no Supremo também diminuiu, passando de 129.206 para 109.204 no período. Além disso, o número de recursos distribuídos a cada ministro para relatar caiu 41,7% em relação a 2007. Ao todo, entre acórdãos e concessão de medidas cautelares, o Supremo tomou 123.641 decisões, em 2008, ante 159.522, no ano anterior. Desse total, 4.789 decisões foram de responsabilidade do plenário. As demais decorreram das turmas e de decisões monocráticas dos 11 ministros.

É a primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 88, que o volume de trabalho da principal Corte do País diminuiu em vez de crescer. O balanço das atividades do Supremo em 2008 revela que aquela Corte aprovou dez súmulas vinculantes em 2008 - mecanismo instituído pela Emenda Constitucional 45 que obriga as instâncias inferiores a seguirem jurisprudência dos Tribunais Superiores - comparado a apenas três em 2007. Além de ter criado o Conselho Nacional de Justiça, a Emenda nº 45 abriu caminho para a assinatura, em dezembro de 2004, de um pacto firmado pelos presidentes dos Três Poderes com o objetivo de assegurar a aprovação da chamada "reforma infraconstitucional" do Judiciário.

O objetivo da reforma, que teve 39 projetos de lei aprovados entre 2005 e 2007, foi atualizar o Código de Processo Civil de 1973, enxugando prazos, reduzindo o número de recursos e agilizando as decisões. Uma de suas principais inovações, que exerceu um papel decisivo na redução do volume de trabalho no Supremo, em 2008, foi a criação do instituto da repercussão geral. Por esse mecanismo, quando o STF declara a existência de repercussão numa matéria de interesse da coletividade, os demais tribunais suspendem automaticamente o envio de recursos semelhantes, até que a mais alta Corte do País julgue o caso em caráter definitivo. A decisão por ela adotada deve ser aplicada aos demais processos de idêntico conteúdo por todas as instâncias e braços especializados do Judiciário, o que ajuda a descongestionar a instituição e aumenta a segurança jurídica.

O balanço das atividades do Supremo em 2008 mostrou, ainda, que cerca de 14,4 mil decisões tomadas pela Corte trataram de matérias de repercussão geral. O filtro permitiu ao STF deixar de perder tempo com o julgamento de matérias pouco relevantes, como, por exemplo, os recursos em que se discutia se cabe indenização por dano moral para torcedores de futebol que se sentem prejudicados com o rebaixamento de seu time, se há obrigatoriedade de colocação de semáforos em faixas de pedestres e se há responsabilidade civil da União no caso de duplicidade na emissão de Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

Fonte: OAB – CONSELHO FEDERAL. Balanço do STF sobre 2008 mostra redução de 16,5% no número de novas ações. Página oficial do Conselho Federal da OAB. Brasília, jan. 2009.
Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia.asp?id=15609>

Ano judiciário no STJ promete julgamentos de grande repercussão

Com a abertura do novo ano judiciário prevista para o próximo dia 2 de fevereiro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se prepara para realizar julgamentos de interesse da sociedade brasileira. Processos como o do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), no qual ele busca garantir o direito de pedir coletivamente desconto em mensalidades escolares, e o do empresário russo Boris Abramovich Berezovsky, tentando impedir a remessa de dados de seu computador para a Federação Russa, estão previstos para entrar em pauta logo no primeiro semestre.

Alguns novos temas envolvendo a Lei dos Recursos Repetitivos também estão na expectativa de julgamento ainda nos primeiros meses de 2009, como o exame, pela Corte Especial, do processo que trata da legitimidade da transferência de precatórios.

Confira o que vem por aí.

Precatórios

A legitimidade das operações de compra e venda de precatórios está próxima de ser definida pela Corte Especial do STJ. O colegiado vai julgar um processo em que se discute a legalidade da transferência dos títulos mesmo sem a concordância do poder público. Na disputa, um posto de gasolina paulista recorreu para obter o reconhecimento de legitimidade na aquisição de um precatório expedido contra a caixa beneficente da Polícia Militar do estado. O caso foi declarado como "repetitivo" nos termos da Lei n. 11.672/2008. A relatora é a ministra Maria Thereza de Assis Moura (REsp 1091443).

Aquisição de instituições financeiras

A Primeira Seção do STJ vai julgar recurso no qual o Banco de Crédito Nacional S/A (BCN) e Bradesco S/A discutem a legalidade da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que determinou a aplicação complementar da Lei Bancária (4.595/65) e da Lei Antitruste (8.884/94). Para ambos os bancos, o Cade não teria competência para analisar operações de aquisição de instituições financeiras. É o primeiro recurso que discute a compra de um banco por outro. A relatora do processo é a ministra Eliana Calmon (REsp 1094218).

Servidor

A Terceira Seção do Tribunal vai examinar um mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep) que questiona a legalidade de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que permitiram a contratação, sem concurso público, de quase cinco mil servidores. Segundo argumenta o Sindsep, as portarias violam os preceitos constitucionais que regulamentam esse tipo de seleção e o termo de conciliação judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União. Em sua defesa, o Ministério afirma que as contratações temporárias somente foram permitidas no caso de situações excepcionais, transitórias e de interesse público e não para preenchimento de cargos permanentes da Administração Pública. O relator é o ministro Napoleão Nunes Maia Filho (MS 13779).

Idec

O instituto pede que seja declarada a sua legitimidade para propor ação com o objetivo de obter desconto em mensalidades escolares para pais que tenham mais de um filho na mesma escola. A ação é contra os colégios Pio XII e Aquarius, de São Paulo. O relator do caso, ministro Luís Felipe Salomão, da Quarta Turma do STJ, votou pela legitimidade do Idec, entendendo que se trata de interesse individual homogêneo, alcançado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) e passível de ação civil pública. O ministro João Otávio de Noronha pediu vista (REsp 184986).

Chimpanzés

O proprietário e fiel depositário de dois chimpanzés (Lili e Megh) Rubens Forte recorreu ao STJ contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) que determinou fossem os animais retirados do cativeiro e introduzidos na natureza. Ao julgar o caso, o relator, ministro Castro Meira, da Segunda Turma, disse ser incabível a impetração de habeas-corpus em favor de animais, admitindo a concessão da ordem apenas para seres humanos. O processo está com o ministro Herman Benjamin (HC 96344).

Patentes

O pedido de vista do ministro Ari Pargendler interrompeu o julgamento, pela Terceira Turma do Tribunal, de uma disputa judicial entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a empresa DuPont, que tenta reconhecer a vigência do prazo de 20 anos da patente de um herbicida utilizado na soja, depositada em 1983. A relatora, ministra Nancy Andrighi, entendeu que a vigência de 20 anos só é dada às patentes concedidas após a criação da Lei n. 9.279/96. O recurso é da empresa (REsp 960728).

Boris Abramovich

O empresário russo pede a suspensão de uma decisão da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo que autorizou o envio das cópias do hard disk de seu computador para a Federação russa. Ele responde a processo por lavagem de dinheiro e pelo investimento da MSI no Sport Club Corinthians Paulista. Para o ministro Teori Albino Zavascki, relator, a cooperação internacional é um instrumento importante no controle da criminalidade, sendo legal a concessão do pedido feito pelo Ministério russo. O processo está com o ministro Ari Pargendler, na Corte Especial do STJ (RCL 2645).

Alienação fiduciária

A Quarta Turma do STJ começou a discutir alienação fiduciária decorrente da aquisição de um veículo, utilizado em sua atividade profissional, que apresentou defeitos. A compradora pleiteou a rescisão dos contratos de compra e venda e também o de financiamento. Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para condenar o banco e a concessionária, solidariamente, a restituir o valor de todas as parcelas de financiamento à compradora, inclusive as que venceram durante o trâmite do processo. Além disso, condenou a concessionária ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve a sentença. No STJ, o relator, ministro João Otávio de Noronha, declarou válido e eficaz, em todos os seus efeitos, o contrato de financiamento celebrado entre o banco e a compradora. O ministro Fernando Gonçalves pediu vista do processo (REsp 1014547).

TV Manchete

A Rede TV (TV Omega) pode ser considerada sucessora da extinta TV Manchete ou está isenta de qualquer ônus ou dívida trabalhista? A discussão ocorre em dois conflitos de competência que chegaram à Segunda Seção do STJ. Para o relator, ministro Fernando Gonçalves, não cabe ao Tribunal nem a outro ramo de jurisdição, inclusive trabalhista, pretender alterar o pronunciamento da Justiça carioca – já confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – no sentido de reconhecer a ausência de responsabilidade da TV Omega quanto aos débitos trabalhistas e tributários, já que não há a chamada sucessão de empresas. O ministro Massami Uyeda pediu vista (CC 91276; CC 90009).

Aposta em turfe

A Terceira Turma do Tribunal começou a discutir se a dívida oriunda de aposta em turfe feita por telefone após concessão de empréstimo ao jogador pode ser cobrada em juízo. Segundo a relatora, ministra Nancy Andrighi, a questão traz peculiaridades ainda não abordadas pelos precedentes do STJ. Os ministros Massami Uyeda e Sidnei Beneti divergiram da relatora, que entendeu ser uma prática claramente abusiva o Jockey Club conceder empréstimo ao jogador, sendo vedada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC). Assim, a ministra pediu vista regimental do processo (REsp 1070316).

Usucapião

O pedido de vista do desembargador federal convocado Carlos Mathias interrompeu a discussão, pela Quarta Turma, se imóvel originariamente pertencente à União e posteriormente incorporado pela Rede Ferroviária S.A. estaria ou não sujeito ao usucapião. Para o relator, ministro Luís Felipe Salomão, uma vez desativada a via férrea e, conseqüentemente, afastado o bem de sua destinação de interesse público, o que ficou comprovado nos autos, o imóvel perdeu o caráter especial, motivo pelo qual passou a ter natureza de bem particular pertencente à sociedade de economia mista, portanto passível de usucapião (REsp 242073).

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Ano judiciário no STJ promete julgamentos de grande repercussão. Página Oficial do STJ. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=90507

Brasil é alvo de ação na OEA por crime impune no Pará

Sediada em Washington (EUA), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) admitiu processo contra o Brasil devido ao assassinato impune do sindicalista Gabriel Sales Pimenta. O crime ocorreu em julho de 1982, em Marabá (PA), em meio a uma disputa por terras.

O Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que ingressaram com a ação, reclamam da morosidade da Justiça brasileira. No mês passado, a comissão comunicou sua decisão às entidades.

No comunicado, estabeleceu prazo de dois meses para a CPT e o Cejil apresentarem novos dados. Após essa etapa, será decidido se houve violação à Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Em caso de condenação, a OEA fará recomendações ao governo do Brasil, como o pagamento de indenização à família do sindicalista e mudanças na legislação brasileira para tentar evitar impunidades, diz o Cejil.

O processo

Pimenta, 27, que também era advogado, foi morto a tiros na cidade paraense. Um ano depois, a Justiça aceitou a denúncia contra Manoel Cardoso Neto, conhecido como Nelito, irmão do ex-governador de Minas Gerais Newton Cardoso.

Nelito, acusado de ser o mandante do crime, só foi interrogado pela Justiça cinco anos depois (1988). A fase seguinte, de ouvir testemunhas, teria durado outros três. As alegações finais levaram mais sete anos.

O julgamento foi marcado para quatro anos depois (maio de 2002), mas Nelito não compareceu. Teve a prisão decretada, mas só foi preso em 2006, quando tinha 80 anos. Sua defesa entrou com habeas corpus alegando prescrição da ação penal. O Tribunal de Justiça do Pará, então, extinguiu o processo e soltou-o.

O advogado da defesa Edison Messias de Oliveira disse que o processo era cheio de falhas. A assessoria da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência não retornou à reportagem.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil é alvo de ação na OEA por crime impune no Pará. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, jan. 2009.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=538360

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik
(61) 8409-0339

pablo.s@advogadosdomercosul.com.br

Rafaela Silva Brito
(61) 8121-9556

rafaelabrito@advogadosdomercosul.com.br

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.